

1

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)
Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina
Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008
A Gestão Responsável de Unidades de Conservação e o Turismo: Uma Análise
Comparativa entre Curitiba e Joinville¹

José Manoel Gonçalves Gândara²
Valéria de Meira Albach³
Vinicius Bonelli Vieira⁴
Universidade Federal do Paraná

Resumo

O aumento cada vez mais freqüente no número de visitantes, sejam turistas ou população local em áreas naturais e espaços de lazer urbanos, tem despertado a discussão quanto à dinâmica de utilização destes espaços, vista como uma necessidade da sociedade em busca do usufruto do seu tempo livre e a valorização de áreas naturais, assim como a necessidade do planejamento e gestão destes espaços de forma responsável. Este trabalho busca pontuar fatores emergentes da gestão destes espaços desde uma perspectiva de sustentabilidade, comparando diversos aspectos de gestão entre diferentes Unidades de Conservação situadas em Curitiba e Joinville.

Palavras-chave

Gestão responsável; Turismo; Lazer; Cidades, Unidades de Conservação.

Introdução

O processo de gestão das cidades encontra-se repleto de desafios, pois se deve contemplar diferentes necessidades em relação aos aspectos fundamentais para a vida humana, buscando proporcionar a qualidade de vida. Dentre os temas presentes neste processo de gestão, estão as questões ambientais, o lazer e o turismo, sendo esses o enfoque deste trabalho. Gerir responsabilmente os espaços de convivência do homem é tarefa primordial para o difícil alcance da sustentabilidade. Neste contexto, propõe-se a discussão de dois municípios da região sul do Brasil, o município de Curitiba, no Estado do Paraná, e o município de Joinville, no Estado de Santa Catarina. Os mesmos possuem similaridades e diferenças que possibilitam a comparação em temas como planejamento urbano e gestão responsável de seus territórios, características étnicas devido à colonização européia e de desenvolvimento econômico, principalmente industrial: Especificamente, este trabalho pretende realizar a análise comparativa dos sistemas de

¹ Trabalho apresentado ao GT 06 “Gestão Responsável do Turismo” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Bacharel em turismo pela UFPR, Mestre em Gestão do Turismo pela SSCTS de Milão e Doutor em Turismo e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Lãs Palmas de Gran Canária. Professor e Pesquisador do Departamento de Turismo da UFPR. Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR Coordenador do Curso de Turismo da UFPR. E-mail: jmggandara@yahoo.com.br

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Especialista em Geografia e Bacharel em Turismo pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora dos cursos de Turismo da Universidade Positivo e das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. Sócia da Superagüi Planejamento Turístico. E-mail: val.albach@gmail.com

⁴ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná e Bacharel em Turismo com Ênfase em Meio Ambiente pela Associação Educacional Luterana BOM JESUS/IELUSC. E-mail: viniciusbonelli@gmail.com.

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina

Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008

gestão das unidades de conservação de Curitiba-PR e de Joinville-SC e seus reflexos no lazer e turismo.

Gerir as cidades não é apenas refletir sobre o “planejamento” que permite prever situações futuras, é de fato efetivar as ações mais rapidamente, conciliando as perspectivas econômicas e sociais de cada cidade de acordo com a sua estrutura (SOUZA, 2003).

No campo urbano, as intenções de gestão normalmente se referem ao bem-estar dos habitantes e à cidade como um todo. Entende-se por urbanismo, compreender a ciência que edifica e organiza a cidade, englobando fenômenos sociais, políticos, naturais e econômicos de determinada civilização. O urbanismo está voltado à sistematização e ao desenvolvimento da cidade, orientando dentre outros aspectos, a posição dos equipamentos urbanos para melhor comodidade de seus habitantes. (TRINDADE *et. al.*, 1997).

Faz parte do processo de gestão responsável de uma cidade a preocupação com o incremento estrutural que facilite o desenvolvimento sócio-econômico, objetivando a melhoria da qualidade de vida de sua população, que desperte o interesse das empresas em instalar-se em seu entorno, e que ainda atraia novos visitantes e turistas, gerando mais empregos e renda. Sem contar com a importância da gestão dos recursos naturais que são essenciais para a base de desenvolvimento das atividades econômicas, além de serem promotores e indicadores de qualidade de vida.

Tratando do espaço turístico dentro dos municípios, para Boullón (2002), a presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que são a matéria-prima do turismo, aliados aos empreendimentos e a infra-estrutura turística, é aspecto fundamental para o desenvolvimento do turismo.. Com relação a isto, as unidades de conservação, que permitem visitação, em sua maioria classificadas como parques, são importantes atrativos turísticos, pois além de beleza cênica proveniente da distribuição dos recursos naturais que conferem qualidade na paisagem, devem promover o lazer e recreação, a educação ambiental e a pesquisa científica.

Os moradores locais e os turistas procuram estes espaços verdes para seus momentos de lazer e recreação, sendo que nos municípios de Curitiba e Joinville estas áreas são de relevante importância, mas possuem representações diferentes para o contexto turístico E dos habitantes locais.

Metodologicamente este trabalho desenvolve-se por meio de estudo bibliográfico e documental, além de observação participante, caracterizado como estudo de casos, realizando uma análise comparativa de ambos os casos. Santos (2004, p. 30) ressalta que “estudar um caso é selecionar um objeto de pesquisa restrito, com o objetivo de aprofundar-lhe os aspectos característicos”. Por envolver fatos, fenômenos ou processos normalmente isolados, o estudo de caso requer do pesquisador equilíbrio intelectual e capacidade de observação, além de parcimônia quanto à

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

generalização de resultados. A análise dos dois casos e a comparação permitirá ampliar a generalização do estudo.

As cidades e gestão urbana e ambiental

Segundo Menezes (1996), no Brasil, conforme o censo demográfico de 1991, cerca de 75% da população já vive em áreas urbanas, deste percentual grande parte vive em regiões metropolitanas como de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Estas regiões apresentam, de modo geral, sérios problemas ambientais, com áreas críticas de degradação: assentamentos ilegais, sistemas de transporte e de saúde falidos, déficit habitacional, saneamento básico precário, falta de escolas e creches, menores abandonados, violência urbana acentuada, entre outros.

Problemas estes gerados na maioria dos casos pela falta de vontade política dos governantes em estabelecer metas para o desenvolvimento das cidades. Considera-se indispensável, o planejamento para o desenvolvimento urbano, destacando a função do planejamento na gestão ambiental, responsável pela ordenação dos recursos naturais. Esta ação tem como objetivo conter sua exploração excessiva dos recursos, a fim de que se tenha continuidade ao desenvolvimento econômico, buscando também a melhoria da qualidade de vida.

É interessante identificar que tanto Curitiba como Joinville, mesmo que contando com algumas experiências anteriores de planejamento, marcadas por inúmeros problemas ambientais, agravados principalmente pela exploração excessiva dos recursos naturais, na metade do século XX, tenham passado a trabalhar de forma mais efetiva no planejamento e gestão responsável, iniciando um processo de planejamento urbano, com forte preocupação com a questão ambiental, considerando que a partir dos anos de 50, passam a enfrentar inúmeras problemáticas, principalmente com o aumento populacional. “Curitiba, no início da década de 1970, encontrava-se na insustentável condição de uma cidade que desde os anos 50 vinha, praticamente, duplicando sua população a cada dez anos” (MENEZES, 1996, p. 91). Já Ternes (1981, p.273) ao se tratar da vinda das indústrias no município de Joinville comenta que:

(...) a partir dos anos cinquenta para cá, Joinville foi deixando de ser, ‘O Jardim do Brasil’, para se transformar numa cidade em que, igualmente, cada vez mais, as bicicletas foram desaparecendo, para que as ruas ganhassem, sempre mais, maior número de veículos motorizados, desumanizando-se os jardins para dar lugar ao centro industrial, com suas chaminés e suas inevitáveis poluições.

A partir da década de 1960, com o grande desenvolvimento econômico, marcado pelo início da penetração das relações capitalistas de produção nas áreas rurais, produtores rurais passaram a se deslocar para as cidades, impulsionados pelo processo de urbanização e concentração urbana no país (MENEZES, 1996).

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

É neste período, final da década de 60, início da década de 70, em que a região metropolitana de Curitiba, bem como a região do município de Joinville são atingidos por este fenômeno do êxodo rural. Os reflexos sócio-ambientais e políticos desse fenômeno foram relativamente marcantes.

Também neste contexto, a cidade era tida como um aspecto relevante do processo econômico, ela deveria representar simbolicamente, os anseios do país ansioso por desenvolver-se, industrializar-se, torna-se moderno. O planejamento urbano então, assume um papel estratégico.

Indicando soluções urbanísticas mais adequadas, o governo de Omar Sabbag, anterior ao de Jaime Lerner, institui através da Lei nº. 2.828 no ano de 1966, o primeiro Plano Diretor para a cidade de Curitiba. Na cidade de Joinville, estabelecendo diretrizes para coordenar seu desenvolvimento urbano, institui somente no ano de 1973 seu primeiro Plano Diretor. Em tais planos estão determinados espaços a serem ocupados mais racionalmente em seus territórios.

As questões ambientais no Brasil, na maioria dos casos, só foram consideradas diante aos interesses do Estado, atendendo denúncias e críticas feitas por grupos organizados da sociedade civil ao modelo urbano e industrial. O movimento ambientalista, estimulado através da criação de associações ambientalistas e de agências estatais de meio ambiente discutem as problemáticas ambientais, marcadas pela situação urbano-industrial. Pode-se considerar que Curitiba e Joinville em alguns aspectos no tocante a questão ambiental são exceção, pois se percebe uma preocupação em ambas cidades, mesmo que com perspectivas e ações diferentes.

Unidades de conservação em áreas urbanas

Durante o período da revolução industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, sendo que o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. Com isso, a vida no campo passou a ser idealizada, sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola. O crescimento populacional, principalmente nas cidades inglesas, teria originado um certo sentimento anti-social ou antiagregativo, originando uma atitude de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual (DIEGUES, 2002).

Diante este processo de urbanização aliado ao desenvolvimento tecnológico e a uma exploração descontrolada dos recursos naturais, surge como resultado ao homem moderno um *modus vivendi* estressante e doentio.

No entanto, países altamente industrializados e urbanizados destinam aos espaços rurais e as áreas naturais, um modo de vida idílico, ou seja, diante a tal realidade, grande parte da população urbana tem buscado a cura para os males da vida moderna nas áreas naturais. Esta relação acabou estimulando nos indivíduos uma valorização do meio natural, muitas vezes por causa de

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

suas raízes que haviam deixado para trás ou por estarem tão envolvidos no cotidiano do meio urbano que tinham a visão que o meio rural ou as áreas naturais seriam o ideal de lazer e descanso, e, para tanto, deveriam ser preservadas.

Esta necessidade que o ser humano cria de aproximação com o meio natural vinculado a seu histórico familiar, tem servido como estímulo para seu retorno ao campo, ao natural, mesmo sendo por um curto espaço de tempo. Neste contexto, o fenômeno do turismo aliado a tais fatos históricos, considerado como uma atividade genuinamente econômica, ou seja, o filho pródigo do capitalismo, surge como uma atividade de lazer planejada, envolvendo a comunidade local como espaços receptores, visando sua sustentabilidade e estabelecendo objetivos de conservação do meio ambiente. A atividade do turismo nestes espaços vêm aumentando e acredita-se que este segmento é um dos mais promissores no turismo, apontando um crescimento mundial entre 10% e 30% ao ano (BRASIL, 2006).

A discussão em torno das unidades de conservação (UCs) , tem início com a criação dos parques norte-americanos (Yellowstone – 1872; Yosemite – 1890). No Brasil, a primeira UC surge em 1937, quando foi criado o Parque Nacional do Itatiaia.

A Lei nº. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelece que estas devem ser determinadas como: “Espaço territorial e seus recursos ambientais (...) com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

Considera-se também que o Art. 7º, da Lei nº. 9.985/2000, divide as Ucs em duas categorias, com características específicas: as Unidades de proteção integral (Estação ecológica (EE); Reserva Biológica (RB); Parque Nacional (PN), estadual ou natural municipal; Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre) e as Unidades de uso sustentável: Área de proteção ambiental (APA) Área de relevante interesse ecológico (ARIE) Floresta nacional (FLONA), estadual ou municipal Reserva extrativista (RESEX).

Vale ressaltar, que o instrumento oficial de planejamento das Ucs é o Plano de Manejo, que determina o “zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades, e estabelece diretrizes básicas para o manejo da Unidade” (IBAMA, 2008). As questões do uso público e turismo devem ser contempladas nos programas contidos nestes planos.

Quando localizadas em áreas urbanas as Ucs são vistas como espaços de lazer importantes para a população local, que enxerga nos parques a possibilidade de se relacionar com a natureza e ampliar seu convívio social. A atividade do turismo nestes espaços tem sido muitas vezes uma

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

alternativa tanto na sensibilização dos turistas e visitantes com relação à conservação da biodiversidade e temas da sustentabilidade, assim como no incremento da economia, possibilitando maior geração de empregos e renda para as comunidades locais, buscando um desenvolvimento local e regional. Porém, tal atividade deve ser cuidadosamente planejada, desenvolvida de forma harmônica e integrada ao meio.

Unidades de Conservação de Curitiba

Localizada na região sudeste do Estado do Paraná, a cidade de Curitiba, capital do estado, é conhecida como “cidade com qualidade de vida” e “capital ecológica brasileira”, devido seu destaque no planejamento urbano e na preocupação pela questão ambiental. Possui 30 parques e bosques, sendo 17 parques e 13 bosques, todos espaços públicos (quadro 1). Deste total, apenas dois contam com plano de manejo, principal documento na gestão, o Parque Tanguá e o Parque do Bacacheri.

QUADRO 1 – Unidades de Conservação de Curitiba e suas áreas em metros quadrados

<i>Parque/Bosque</i>	<i>área em m²</i>	<i>Parque/Bosque</i>	<i>área em m²</i>
1. Bosque Alemão	38.000	16. Parque Bacacheri	152.033
2. Bosque Boa Vista	11.682	17. Parque Barigüi	1.400.000
3. Bosque Capão da Imbuia	19.000	18. Parque Barreirinha	275.380
4. Bosque Fazendinha	73.000	19. Parque Caiuá	-----
5. Bosque Gutierrez	36000	20. Parque Cajuru	2.100
6. Bosque Italiano	23.540	21. Parque das Pedreiras	103.500
7. Bosque João Paulo II	40000	22. Parque Diadema	112.000
8. Bosque Pilarzinho	28.146	23. Parque dos Tropeiros	10.000
9. Bosque de Portugal	20.800	24. Parque Iguaçu	8.264.316
10. Bosque Reinhard Maack	78000	25. Parque Municipal Nascentes do Rio Belém	11.178
11. Bosque São Nicolau	20.520	26. Parque Passaúna	6.500.000
12. Bosque do Trabalhador	192.000	27. Parque São Lourenço	203.918
13. Bosque Zaninelli – Unilivre	37.000	28. Parque Tanguá	235.000
14. Jardim Botânico	245000	29. Parque Tingüi	380.000
15. Parque Atuba	173.265	30. Passeio Público	69.285
Total 1 de área	1.035.953	Total 2 de área	17.764.710
<i>Total geral aprox (total 1 +2) (em hectares – há.)</i>	<i>1800 há.</i>		

Fonte: Adaptado pelos autores de CURITIBA, 2008.

Estas áreas são administradas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, dentro do departamento de Parques e Praças. A maioria das UCS não possui gestor específico para seu planejamento e gestão, mas contam com colaboradores da prefeitura que se envolvem com um ou vários parques, em suas tarefas rotineiras, principalmente de manutenção.

Observando o quadro, percebe-se que aproximadamente Curitiba possui 1.800 há de unidades de conservação, mas cabe ressaltar que este cálculo tem como base a área total dos parques e

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

bosques que inclui a área de uso público mais a área destinada diretamente para preservação, as áreas de florestas, de bosques nativos e de nascentes são a menor parte destes espaços, em sua maioria.

A cidade possui uma lei municipal que instituiu seu Sistema de Unidades de Conservação (Lei nº. 9.804 de 3 de janeiro de 2000), sendo assim os parques e bosques são classificados em nove tipos: Área de Proteção Ambiental, Parques Lineares, Parques de Lazer, Reservas Biológicas, Bosques Nativos Relevantes, Bosques de Conservação, Bosques de Lazer, Específicas e Reserva Particular de Patrimônio Natural Municipal (RPPNM), obtendo para cada tipo características específicas.

A criação desta lei tem como critério a autonomia municipal. Curitiba dentro do processo de gestão das Ucs, cria seu instrumento próprio, bastante distinto da lei federal (SNUC). O fato que mais se destaca é a possibilidade de diversas áreas privadas serem consideradas unidades de conservação, sendo que na lei federal, apenas o tipo RPPN torna essa questão possível. Observa-se a necessidade da cidade em formular mecanismos legais que validem os expressivos números de áreas verdes presentes no município com sentido de proteção desses recursos naturais. No total, são aproximadamente 30 leis ambientais em que o município se apóia, com maior destaque para as leis do Código Florestal do Município de Curitiba e do Setor Especial do Anel de Conservação Sanitário Ambiental.

A Prefeitura Municipal de Curitiba divulga que a cidade possui 80.753.958,41 metros quadrados de áreas verdes (aprox. 8.000 hectares). Este número inclui parques, bosques, jardinetes e praças. Estas áreas se encontram em perímetro urbano e são freqüentadas por mais de 150 mil pessoas nos finais de semana (CURITIBA, 2008). Considerando todas as áreas verdes como áreas de “conservação”, a cidade consegue justificar o cálculo de 55,09m² de área verde por habitante, o maior índice das cidades brasileiras. Este número contribuiu para a imagem da cidade como cidade ecológica e com qualidade de vida, com reflexos expressivos em sua imagem turística.

Os parques e bosques são considerados opções de lazer e na visão de gestão de Curitiba representam qualidade de vida e principalmente o equilíbrio das relações da cidade com o seu meio ambiente.

Os parques e bosques foram criados em Curitiba com intenção de solucionar alguns problemas da cidade, como questões de saneamento, de ocupação desordenada e de melhoria da paisagem urbana, resultando em lazer e qualidade de vida. A maioria dos parques de Curitiba, chamados de parques lineares, foram implantados ao longo dos rios e em fundos de vale. Funcionam como uma espécie de barreira para impedir a ocupação indevida dessas áreas, sujeitas a enchentes, e para livrar os rios e córregos do risco de se tornarem depósitos de lixo (CURITIBA, 2008). Os

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

lagos artificiais criados em alguns parques servem para conter as enchentes e funcionam como reguladores da vazão das águas em épocas de chuva.

O Passeio Público criado em 1886, foi a primeira grande obra de saneamento da cidade. O Parque Barigüi criado em 1972, muitos anos depois, teve também como objetivo primário o saneamento ligado a proteção do rio de mesmo nome. Hoje este espaço é o mais utilizado pelo curitibano para seus momentos de lazer. O Parque São Lourenço, criado também em 1972, tem como justificava de sua criação conter inundações provocadas pelo rio Belém. O Parque das Pedreiras, de 1992, que abriga o teatro Ópera de Arame e o espaço para apresentações Pedreira Paulo Leminski, foi um reaproveitamento de local de exploração mineral dentro de um bairro residencial. O único Parque Estadual da cidade, o Bosque João Paulo II, possui objetivos de conservação, mas o foco de criação foi homenagear o Papa em visita à Curitiba em 1980, bem como a cultura polonesa. Nos demais parques e bosques, quase sempre, o objetivo inicial de criação liga-se a algum tema de necessidade da gestão de Curitiba, sem ser diretamente a garantia de proteção dos recursos naturais, como determina a lei do SNUC. Um destaque de UC criada com objetivo primário de conservação é o Parque Regional do Iguaçu, criado em 1976 para proteger os fundos de vale do rio Iguaçu, um dos mais importantes do Estado do Paraná. Este parque é considerado o maior parque urbano do Brasil (CURITIBA, 2008).

Pensando no resgate da identidade e no sentimento de orgulho do curitibano e identificando os parques como espaços de encontros, a gestão do município implantou em vários dos parques e bosques, edificações que homenageiam algum grupo étnico presente na história da colonização de Curitiba ou que ressaltam a preocupação pelas questões ambientais. Esta concepção, além de desenvolver na população local um forte sentimento de identidade e orgulho, contribuiu para o desenvolvimento de um turismo histórico-cultural que antes era incipiente na cidade. As características de visitação a estes espaços estão mais ligadas ao lazer e a cultura do que as atividades características ligadas às áreas naturais. Por esta razão, não se pode afirmar que nos parques e bosques de Curitiba se pratica o ecoturismo/turismo ecológico, pois até mesmo, as atividades de educação ambiental acontecem de forma pontual.

Os parques fazem parte da vida do curitibano e contribuem na imagem turística da cidade. Em 1990, foi implementado o projeto Pró Parque – A linha da vida natural, onde havia um ônibus “jardineira”, na cor verde, que simbolizava os parques de Curitiba. Era composto de quatro roteiros que saiam do Passeio Público aos domingos e feriados a partir das 7h30. Esses roteiros seguiam para: Linha Parque Barigüi, Linha Parque São Lourenço/Barreirinha, Linha Reinhard Maack/Zoológico e Linha Parque Bacacheri, sendo ampliada um ano mais tarde com a Linha

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

Parque Barigüi/Passaúna. Este projeto vigorou até 1994, quando foi criada a Linha Turismo que é o principal serviço ao turista de Curitiba.

Em 1996, foi implantada a Linha Volta ao Mundo, cujo objetivo principal era divulgar os parques e bosques que homenageavam as etnias e seu roteiro passava por quinze pontos. Porém, com a Linha Turismo e a Linha Volta ao Mundo circulando juntas, muitos usuários passaram a reclamar, pois, as linhas trafegavam ao mesmo tempo e tinham objetivos semelhantes e complementares.

Assim, em 1997, houve a fusão das duas Linhas, passando a ter em seu roteiro 22 atrativos turísticos. Em 2002, novos ônibus da Linha Turismo começaram a circular, contendo acesso por elevador para cadeirantes, capacidade para trinta e oito passageiros, bancos revestidos e almofadados, ventilador e exaustor elétrico, porta pacote no teto, porta revista, display eletrônico interno para passar mensagens informativas e culturais que semanalmente são atualizadas.

Em 2008, percebe-se que a Linha Turismo, percorre dez destas unidades de conservação do município, o que mostra a importância das mesmas como atrativos turísticos. O serviço consiste em uma linha especial de transporte coletivo que percorre 44 quilômetros da cidade passando por 25 atrativos turísticos, de 30 em 30 minutos, e que permite aos passageiros cinco paradas diferentes por meio de um sistema de *tickets* adquiridos ao se entrar no ônibus. Em 2004, foram registrados 269.672 embarques na linha.

De acordo com o SNUC (lei federal), os parques basicamente devem promover à conservação da natureza, a pesquisa científica, a educação ambiental e a recreação ao ar livre (turismo ecológico). Em Curitiba, percebe-se que alguns parques atingem alguns destes objetivos, nunca em sua totalidade. Principalmente a educação ambiental e a pesquisa científica são promovidos em pequena escala, com ações pontuadas, exceto em alguns parques destinados a estas práticas.

Unidades de Conservação de Joinville

Localizado na região nordeste do Estado de Santa Catarina, o município de Joinville apresenta uma grande diversidade paisagística, traduzida por um ecossistema lagunar, banhado pela Baía da Babitonga e suas ilhas, manguezais e restinga presentes na planície costeira que se estendem até o Planalto Norte catarinense, atravessando picos e cachoeiras da Floresta Atlântica presente na Serra do Mar.

Considerando esta diversidade paisagística distribuída ao longo do município, é possível encontrar como áreas de proteção legalmente reconhecidas nove unidades de conservação das quais cinco se enquadram no Art. 8º, da Lei nº. 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC no tipo de Unidade de proteção integral, o qual, teoricamente, admite

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

apenas o uso indireto dos recursos naturais existentes, sendo: a Estação Ecológica do Bracinho (criada em 1984), Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral (1989), Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin (1992), Parque Municipal Morro do Finder (1993), Parque Municipal Zôo-Botânico (1992) e Parque Natural Municipal da Caieira (2004). Das unidades de uso sustentável determinadas no Art. 14º, da Lei nº. 9.985/2000, ou seja, as que destinam o uso sustentável dos recursos naturais, tem-se: Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca (1997), Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Boa Vista (2003), Reserva Particular de Patrimônio Natural Caetezal (2001). No entanto, comparando a Lei do SNUC é possível verificar que existem incoerências nas unidades de conservação em Joinville, pois ainda não se adequaram com as normas do SNUC (VIEIRA, 2007).

Em uma breve análise da área das Ucs representadas no quadro 2, destaca-se que sua área total aproximada é de 41.419 há. Correspondendo cerca de 36% da área do município, sendo que somente a APA Serra Dona Francisca, onde também estão inseridos o Parque Rolf Colin, a RPPN Caetezal e parte da Estação Ecológica do Bracinho, abrange aproximadamente 32% da área de Joinville.

QUADRO 2 – Unidades de Conservação de Joinville e suas áreas em metros quadrados

<i>Unidades de Conservação</i>	<i>área em m²</i>
1. Parque Municipal Morro do Finder	500.000
2. Parque natural Municipal da Caieira	1.279.450,50
3. Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Boa Vista e Parque Zoobotânico do Morro da Boa Vista*	3.960.000
4. Parque da Ilha do Morro do Amaral	34.000
5. Estação Ecológica do Bracinho	46.100
6. Parque Rolf Colin	18.503.800
7. Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca	408.420.000
8. Reserva Particular de Patrimônio Natural Caetezal	46.130.000
Total em área de Ucs	475.309.350,50
<i>Total geral aproximada (em há.)</i>	<i>41.419**</i>

*Sendo 100.000 do Zoobotânico.

** Não considerando no total as áreas da Estação Ecológica do Bracinho (com parte da sua área permanecendo no município de Guarimirim), do Parque Rolf Colin e da RPPN Caetezal, sendo que estas estão inseridas na área APA Serra Dona Francisca.

Cabe ressaltar, que grande parte destas Ucs aqui descritas, tiveram sua criação com intuito principal de conservação das áreas naturais localizadas principalmente na região urbana. Para as Ucs localizadas na área rural, além da conservação dos remanescentes da floresta atlântica e proteção da fauna silvestre, algumas delas tiveram também como objetivo a proteção dos recursos hídricos que abastecem Joinville.

Neste contexto, destaca-se uma característica do órgão municipal de meio ambiente de Joinville (FUNDEMA) que é a valorização das áreas naturais consideradas Ucs para conservação, buscando respeitar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. No entanto,

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

grande parte das Ucs localizadas em Joinville não contam com uma infra-estrutura básica para receber turistas, sendo que as Ucs que possuem algum tipo de infra-estrutura, já apresentam debilidades.

Quanto à legislação ambiental, além da utilização do SNUC e do Sistema Estadual de Unidades de Conservação o município possui um Código Municipal do Meio Ambiente, instituído através da Lei Complementar nº. 29, de 14/6/1996, um Código de Posturas, determinado pela Lei Complementar nº. 84, de 12/1/2000 e a Lei nº. 5.712/2006 que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente e sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMMAM.

Seguindo a legislação do município, instituída pela Lei nº 2.419, de 27 de julho de 1990, cria-se a Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA. Atribuída como fundação pública, vinculada a Prefeitura Municipal de Joinville, com o papel de articular, assegurar, elaborar, orientar, fiscalizar e assessorar atividades as quais condizem com a proteção do meio ambiente.

A estrutura organizacional básica exigida na Lei nº 2.419/90, determina que esta deverá compor um conselho deliberativo, uma diretoria e um conselho fiscal. Através de um estatuto, determinado pelo decreto nº 6.457/90 cria-se áreas técnicas com o intuito de deliberar funções práticas na gestão do meio ambiente no município. Atualmente, as atividades decorrentes das áreas técnicas, bem como outras atividades dentro da fundação, estão supervisionadas por quatro gerências e uma coordenadoria.

Destaca-se aqui a Gerência de Desenvolvimento e Gestão Ambiental (GEDEG) a qual é responsável em desenvolver estudos, pesquisas, informações, projetos e ações ambientais voltados à preservação, conservação e recuperação; promover a educação ambiental de base não formal; propor e desenvolver normatização ambiental de base local; promover a gestão ambiental das unidades de conservação.

A GEDEG, responsável pela gestão das Ucs, destina cerca de quinze funcionários diretos para as atividades voltadas às Ucs do município. Dentre estes estão, o coordenador de Ucs, um funcionário para o Parque Municipal Morro do Finder (administração), nove funcionários no Parque Municipal Zôo-Botânico (administração, bióloga, veterinário, serviços gerais e tratadores), um funcionário e 2 dois estagiários no Parque Natural Municipal da Caieira, quatro funcionários na Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca (administração, técnico agrícola, fiscais) (VIEIRA, 2007).

Porém, apesar de apresentar uma legislação ambiental municipal, bem como seguir a legislação federal e estadual de Ucs, a Fundação Municipal do Meio Ambiente não atende as normas mínimas de conservação exigidas por estas, apresentando então problemáticas quanto à gestão, bem como de infra-estrutura de visitação.

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

Em destaque para as Ucs mais visitadas no município de Joinville tem-se o Parque Municipal Morro do Finder, que recebe constantemente visitantes, com fins educativos, científicos, recreativos e de lazer contemplativo. Em 2006, por exemplo, entre os meses janeiro a outubro de recebeu aproximadamente 3.534 visitantes, considerando ao mês uma média de aproximadamente 353 visitantes, sendo grande parte estudantes. As visitas monitoradas são feitas mediante o agendamento na FUNDEMA. Outro destaque é o Parque Natural Municipal Caieira atingindo uma média de janeiro a outubro de 2006, de aproximadamente 21.200 visitantes, considerando ao mês uma média de aproximadamente 2.120 visitantes, sendo uma pequena parcela deste total representado por um público de turistas, segundo relatos dos monitores do parque. Esta UC apresenta como um grande diferencial, o elevado estado de conservação dos ecossistemas presentes nesta UC (ecossistema lagunar da Baía da Babitonga, manguezal e restinga) bem como sua infra-estrutura, mesmo mínima e ainda precária, pode ser considerada, entre as Ucs do município, a mais adequada para visitação. Considera-se também um dos fatores de atratividade desta UC, os sítios arqueológicos (sambaquis e oficinas líticas) espalhados ao longo da área, apesar da falta de atenção por parte do poder público, tendo em vista que estes, assim como outros espalhados pela região norte do estado de Santa Catarina apresentam um elevado valor cultural, porém muitos em estado de abandono (VIEIRA, 2007). Diante tal situação, como fato recente no município, percebe-se a exigência da população no tocante a criação parques de lazer, diferentemente da proposta de UCs, as quais não condizem com a necessidade atual da população joinvilense.

Análise comparativa

Considerando o contexto das Ucs dos municípios de Curitiba e Joinville busca-se descrever no quadro 3, características relevantes para uma análise comparativa, sendo esta efetuada seguidamente.

Quadro 3 – Análise comparativa da gestão das Ucs em Curitiba e Joinville

	<i>Curitiba</i>	<i>Joinville</i>
<i>Área do município</i>	435 km ² (IBGE)	1.131 km ² (IBGE, 2007)
<i>População (número de habitantes)</i>	1.797.408 (IBGE, 2007)	487.003 (IBGE, 2007)
<i>Quantidade de Ucs</i>	30	09
<i>Número de turistas</i>	46,5% dos turistas visitam os parques e 3,5% visitam os bosques (CURITIBA, 2008).	26,20% dos turistas visitam as áreas naturais (SANTUR, 2008).
<i>Utilização das unidades de conservação para o turismo</i>	Intensa 10 parques e bosques fazem parte da Linha Turismo	Recebe em sua maioria moradores e uma pequena quantidade de turistas

Continua

continuação

	Curitiba	Joinville
<i>Administração municipal de</i>	Instituto Municipal de Turismo – Curitiba	Promotur

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

<i>turismo</i>	Turismo	
<i>Administração municipal de meio ambiente</i>	Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Fundema
<i>Legislações ambientais municipais</i>	Diversas tendo lei própria do sistema municipal de unidades de conservação	Três específicas, utiliza as leis estaduais e federais
<i>Adequação das UCs na lei federal do SNUC</i>	Não há quase relação direta	Apresenta relação direta, não cumprindo alguns pontos
<i>Tipo de turismo predominante realizado nas UCS</i>	Turismo de lazer Turismo histórico-cultural	Turismo de lazer Turismo histórico-cultural Turismo rural
<i>Educação ambiental</i>	Atividades pontuais em datas específicas	Finder, Caieira e Zoobotânico
<i>Maior utilização geral</i>	Lazer	Conservação

Fonte: Autores.

Em uma análise comparativa, destaca-se inicialmente as áreas dos municípios, sendo que o município de Joinville apresenta uma área de 1.131 km² relativamente maior que Curitiba com aproximadamente 435 km², o que diferencia Curitiba, praticamente urbanizada em sua totalidade, de Joinville com espaços ainda rurais. No censo demográfico de 2000, apresentado pelo IBGE (2007), Curitiba apresentou 1.797.408 habitantes e Joinville 487.003 habitantes. Isto permite identificar uma maior demanda potencial por espaços de lazer em Curitiba, além de uma maior pressão urbana.

Com relação às UCs, em sua quantidade, Curitiba apresenta 30 parques e bosques (terminologia adotada pela legislação ambiental do município), que totalizam em uma área de 1.800 ha., correspondendo a aproximadamente 20% do território de Curitiba. O município de Joinville apesar de possuir nove UCs, sendo estas diferenciadas de acordo as categorias estabelecidas pelo SNUC, correspondem a 36% do território de Joinville, totalizando em uma área de 41.419 ha.

Em um estudo de demanda turística (CURITIBA, 2008), realizado pela Secretaria Estadual de Turismo do Paraná, no ano de 2005 registrou-se um percentual de 50% de turistas que vão a Curitiba e que visitam os parques e os bosques urbanos. Em Santa Catarina, especificamente no município de Joinville, segundo dados da Santur (2008), coletados no ano de 2006, cerca de 26,20% dos turistas que visitam a cidade, conhecem suas áreas naturais. A utilização destas áreas de Curitiba para o turismo tem sido intensa, sendo que dos 30 parques e bosques, dez fazem parte da Linha Turismo. A visitação nas UCs de Joinville é feita principalmente pela população local, e uma pequena quantidade de turistas.

Na promoção dos atrativos turísticos, Curitiba conta com o Instituto Municipal de Turismo – Curitiba Turismo, criado em 2003, órgão vinculado a Prefeitura Municipal de Curitiba. Em Joinville, o órgão responsável pela divulgação e promoção dos atrativos turísticos naturais e de lazer é a Fundação Turística de Joinville – PROMOTUR, criada em 2002, e entrando em atividade como fundação em 2003. Observa-se a recente organização específica para a divulgação dos espaços das cidades, e esta questão dificulta o “uso turístico” dos mesmos.

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina

Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008

Curitiba acaba divulgando seus parques junto com a imagem advinda de seu planejamento urbano, já Joinville não está investindo na promoção de suas áreas naturais, de forma tão massiva, focando na divulgação de outros espaços da cidade. Gândara (2003) defende que o fato de Curitiba ser uma cidade planejada e o resultado deste planejamento ser uma imagem de cidade ecológica e com qualidade de vida fez com que a imagem de qualidade ambiental tenha se transformado no principal atrativo turístico da cidade.

Com o intuito de proteger o meio ambiente do município, Curitiba apresenta uma Secretaria Municipal do Meio Ambiente, criada no ano de nos anos de 1970. Em Joinville, como já descrito, tem-se a Fundação Municipal do Meio Ambiente, criada no ano de 1990. Ambas realizaram e realizam diversas ações ligadas ao meio ambiente, podendo destacar em Joinville, o programa de certificação ambiental Lista Verde, e em Curitiba os programas Lixo que não é Lixo e Câmbio Verde, relacionando a educação ambiental e benefícios aos cidadãos à questão dos resíduos recicláveis. Cabe ressaltar que tanto em Curitiba quanto em Joinville a gestão das unidades de conservação é de responsabilidade dos respectivos órgãos municipais de meio ambiente.

No aspecto das legislações ambientais, Curitiba atende seus parques com um Sistema Municipal de Unidades de Conservação, criando leis específicas para as UCs, sobrepondo-se às leis federais. A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville se atém principalmente a legislação estadual e federal, possuindo ainda três leis específicas para as questões ambientais do município, seguindo diretamente o SNUC, porém não cumprindo algumas exigências.

O turismo realizado nos parques e bosques de Curitiba é caracterizado como turismo de lazer e também turismo histórico-cultural, já que em vários deles se encontram memoriais das diversas etnias que formaram a população da cidade. Cabe destacar que em alguns parques a preocupação ambiental é ressaltada, por serem sede da Unilivre-Universidade Livre do Meio Ambiente, do Jardim e Museu Botânico, do Museu de História Natural, e tais aspectos também se convertem em atrativo turístico. Em Joinville, os segmentos de turismo e lazer e turismo histórico-cultural também são destaques, no entanto, ainda se tem o segmento de turismo rural na APA Serra Dona Francisca.

As atividades de educação ambiental nos parques e bosques de Curitiba são pontuais, em datas específicas e algumas poucas ações possuem caráter permanente nestes espaços, como no Parque Iguazu em relação ao Zoológico. Em Joinville, considerando que a visitação é feita principalmente no Parque Municipal Zoo-Botânico, Parque Natural Municipal da Caieira e Parque Municipal Morro do Finder, a FUNDEMA destina para estas áreas monitores ambientais que através de um agendamento realizam atividades de educação ambiental.

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

Diante tais dados citados reforça-se que nos parques e bosques de Curitiba a maior utilização ainda é motivada por lazer, sendo que a Prefeitura Municipal de Curitiba destina atualmente maiores esforços na manutenção e instalação de equipamentos de lazer, porém por suas características os parques se transformaram nos mais importantes atrativos turísticos da cidade. Joinville diferentemente de Curitiba, dedicou até o momento esforços para a conservação das áreas naturais, estabelecendo, mesmo que superficiais, medidas para conservação das UCs.

Considerações Finais

Considerando os aspectos comparados, identifica-se o lazer e a busca pelo contato com a natureza como necessidade do ser humano. Nesta abordagem esta relação se explicita pelas populações de Curitiba e Joinville, marcadas por um processo histórico semelhante, em um período de grande exploração dos recursos naturais.

No entanto, procurou-se identificar características específicas de cada município, no que se refere a áreas de lazer e UCs. Para atender as necessidades emergentes do planejamento urbano, na contenção de enchentes, assim como, para conter o processo de favelização destes espaços e oferecer uma opção de lazer a população, Curitiba optou pela criação de áreas verdes, definidas como parques ou bosques. Para estas áreas, foi então elaborada uma legislação municipal específica, a qual tem por objetivo determinar áreas de uso público assim como áreas de conservação. Algumas destas áreas são identificadas pelo município como atrativos turísticos, considerando que atualmente recebem um alto fluxo de turistas durante o ano.

Em Joinville, as necessidades e exigências por parte da população foram distintas, sendo que o fator de conservação foi prioridade, principalmente para as áreas localizadas na região urbana central. Fato este que possibilitou manter, até os tempos atuais, um alto índice de áreas naturais no município. No entanto, esta dedicação para conservação das áreas naturais impossibilitou até o momento a criação de parques de lazer, que são solicitados pela população.

Para o turismo, as áreas naturais de ambos municípios contribui na imagem turística, mas não são enfocados de mesma forma na promoção das cidades.

Percebe-se a importância da discussão da gestão dos municípios por meio do planejamento urbano efetivo, que beneficie a população e gere oportunidades de desenvolvimento. Dentro deste contexto as unidades de conservação são espaços que podem contribuir nestas questões, pois conservam o patrimônio natural, podem proporcionar o lazer e servem de atrativo para o turismo. A gestão responsável desta relação exposta neste trabalho é um direito dos cidadãos e o Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001) em seu artigo 2º ressalta que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da

Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

cidade e da propriedade urbana com base em diversas diretrizes, sendo a primeira a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2002).

Referências

BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Tradução de: Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL. *Diretrizes para visitação em unidades de conservação*. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

_____. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário da Presidência da República*. 18 jul. 2000.

_____. *Estatuto da Cidade* (2002) Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei nº. 10257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. *Parques e Bosques*. Disponível em:

<<http://www.curitiba.pr.gov.br>> Acesso em 5 abr 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ª ed. São Paulo: Annablume; Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas brasileiras, USP, 2002.

GANDARA, José Manoel Gonçalves, Ações comunicativas do destino turístico Curitiba. In: REJOWSKI, Miriam; COSTA; Benny K. (org.). *Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão*. São Paulo: Atlas, 2003.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. *Roteiro Metodológico para Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto (2006)*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em 10 mar 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico e Geociências*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 5 abr 2008.

MENEZES, Claudino Luiz. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTUR. *Sinopse Comparativa 2004, 2005 e 2006 janeiro/fevereiro*. Joinville: SANTUR, 2006.

SANDEVILLE, Euler. A paisagem natural tropical e sua apropriação para o turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TERNES, Apolinário. *História de Joinville, uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro et al (coord.) *Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba*. Curitiba: Unilivre, 1997.

VIEIRA, Vinicius Bonelli. *Uso público e ecoturismo em unidades de conservação – Joinville – Santa Catarina*. Joinville: IELUSC, 2007. Monografia. (Trabalho apresentado para a obtenção de título de bacharelado em Turismo com Ênfase em Meio Ambiente). 2007.